

Vivência no município de Paraty-RJ: tecendo a tradição e valorizando os conhecimentos tradicionais e culturais no contexto rural e urbano

 Edinilson dos Anjos Silva¹,  Marcele Camargo Ramos²,  Aline Maria Tomaz Evaristo³,  Sandra Regina Gregório⁴
^{1, 2, 3, 4} Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola - PPGEA. BR-465, Km 7. Seropédica - RJ. Brasil.

Autor para correspondência/Author for correspondence: edinilson.matematica@hotmail.com

RESUMO. Este artigo trata de povos e comunidades tradicionais urbano-rurais. Os conhecimentos tradicionais são o conhecimento e as práticas das comunidades rurais e locais associadas aos recursos biológicos, e fazem parte da identidade do grupo. Assim, esse trabalho tem como objetivo identificar a tradição e valorizar o conhecimento tradicional no contexto rural-urbano no município de Paraty, Estado do Rio de Janeiro, buscando fazer uma reflexão dialógica com autores que apresentam e discutem essa temática. A pesquisa de campo foi realizada em diversos locais rurais e na cidade de Paraty-RJ, para contextualizar a referência rural-urbano, contribuindo para a biodiversidade e qualidade de vida inserida nesse espaço. A metodologia utilizada está baseada nos pressupostos da pesquisa qualitativa com características etnográficas, vídeos e os instrumentos usados para a produção dos dados foram visita a campo, entrevistas, diário de campo, registros fotográficos e observação participante. Os resultados adquiridos permitiram uma aproximação aos conteúdos escolares e à realidade cotidiana no contexto rural-urbano, por meio da contextualização. Com isso, vimos que os conhecimentos tradicionais são vitais para uma comunidade rural-urbana, pois o aprendizado, apesar de ser contínuo, consegue ao longo do tempo preservar a identidade, além de gerar renda e dar voz às comunidades pesquisadas.

Palavras-chave: conhecimento tradicional, ensino, etnografia, saberes rurais-urbanos, cultura.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 7	e11205	10.20873/uft.rbec.e11205	2022	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	------	--------	--------------------------	------	-----------------



Living in the municipality of Paraty-RJ: Weaving tradition and valuing traditional and cultural knowledge in the rural and urban context

ABSTRACT. This article deals with traditional urban-rural peoples and communities. The Traditional knowledge is the knowledge and practices of rural and local communities associated with biological resources and it is part of the community's identity. This work aims to identify the tradition and value traditional knowledge in the rural-urban context at the municipality of Paraty, State of Rio de Janeiro, seeking to do a dialogic reflection with authors who present and discuss this theme. The field research was made on several rural locations and at the city of Paraty-RJ, to contextualize the rural-urban reference contributing to the biodiversity and quality of life placed on this space. The methodology used is based on the assumptions of qualitative research with ethnographic characteristics and the instruments used to produce the data were field visits, interviews, field diary, photographic records, videos and participant observation. The results obtained allowed an approximation of school contents and daily reality in the rural-urban context, through contextualization. With that, we saw that traditional knowledge is vital for a rural-urban community, as learning, although being continuous, it can preserve identity over time, as well as generating income and giving voice to the communities surveyed.

Keywords: traditional knowledge, teaching, ethnography, rural-urban knowledge, culture.

Vivir en el municipio de Paraty-RJ: tejiendo la tradición y valorando los conocimientos tradicionales y culturales en el contexto rural y urbano

RESUMEN. Este artículo trata de los pueblos y comunidades urbano-rurales tradicionales. El conocimiento tradicional es el conocimiento y las prácticas de las comunidades rurales y locales asociados con los recursos biológicos y es parte de la identidad de la comunidad. Este trabajo tiene como objetivo identificar la tradición y valorar el conocimiento tradicional en el contexto rural-urbano en el municipio de Paraty, Estado de Rio de Janeiro, buscando realizar una reflexión dialógica con autores que presentan y discuten este tema, la investigación de campo se realizó en varias localidades rurales y en la ciudad de Paraty-RJ, para contextualizar el referente rural-urbano contribuyendo a la biodiversidad y calidad de vida inserta en este espacio. La metodología utilizada se basa en los supuestos de investigación cualitativa con características etnográficas y los instrumentos utilizados para producir los datos fueron visitas de campo, entrevistas, diario de campo; registros fotográficos, vídeos y observación participante. Los resultados obtenidos permitieron una aproximación de los contenidos l'école y la realidad cotidiana en el contexto rural-urbano, a través de la contextualización. Y con eso, vimos que el conocimiento tradicional es vital para una comunidad rural-urbana, ya que el aprendizaje, a pesar de ser continuo, con el tiempo logra preservar la identidad además de generar ingresos y dar voz a las comunidades investigadas.

Palabras clave: conocimiento tradicional, enseñando, etnografía, conocimiento rural-urbano, culture.

Introdução

Nos últimos anos, tem havido uma multiplicidade de experiências de desenvolvimento rural realizada por organizações governamentais e não governamentais, bem como por organizações de produtores rurais ou por organizações camponesas, cujas características são as soluções inovadoras para os problemas básicos do desenvolvimento rural: melhoria da qualidade de vida da população, atividades de geração de renda duradouras, direito à voz e presença de agricultores nas instâncias de tomada de decisão, ou mudanças qualitativas nas relações de gênero, por meio de várias soluções, tanto organizacionais como institucionais.

Assim, diante da persistência, mais o agravamento da situação de pobreza da grande maioria da população rural; a migração para centros urbanos e, em muitos casos, de habitantes rurais; os problemas de deterioração dos recursos naturais em muitas áreas rurais; e o baixo dinamismo econômico de vastas áreas do interior, é necessário buscar, nas experiências inovadoras de desenvolvimento que ocorrem atualmente, lições e sugestões para começar a reverter esses processos em uma escala maior.

Obviamente, fatores macroeconômicos e macrossociais devem ser considerados para isso, incluindo a impossibilidade de quase todos os países em alcançar um crescimento sustentado de suas economias e um investimento público estável, principalmente em infraestrutura produtiva e em capital humano. Nesse viés, a crescente inviabilidade financeira e vulnerabilidade de nossas economias a choques externos dificultam o encontro de respostas que internalizem essa estrutura de incerteza.

Ademais, um desafio urgente do desenvolvimento rural é o aprendizado com as experiências atuais para construir novas abordagens e perspectivas. Esses são elementos emergentes que fornecem mensagens interessantes para entender quais iniciativas são construídas pelas comunidades locais e abordar suas formas de exclusão.

Uma questão, talvez a mais importante, é como estabelecer uma relação frutífera entre conhecimento, inovações e desenvolvimento rural.

Diante disso, o objetivo deste artigo é tratar do olhar crítico-reflexivo de pesquisadores a partir de uma pesquisa de trabalho de campo. É significativo ressaltar que, para essa discussão sobre a pesquisa, levou-se em consideração a inserção dos pesquisadores no município de Paraty-RJ, que se localiza na região da Costa Verde. Essa região faz parte do estado do Rio de Janeiro-RJ, pertencente a região Sul do estado. Assim como presentes no centro histórico, que faz parte da cidade de Paraty-RJ, o que propiciou metodologicamente compreender o contexto rural como o principal agente de transformação, pois foi possível

verificar um pouco da realidade do campo, da filosofia cultural, da historicidade local e do conhecimento tradicional.

Portanto, a pesquisa busca identificar como, nas práticas educativas, os conhecimentos tradicionais locais, o contexto cultural, a historicidade e a interação cotidiana com o ambiente natural dos produtores e suas famílias são incorporados ou excluídos. Entre esses conhecimentos e crenças, procurou-se relatar aqueles que se manifestaram por meio de avaliações, interpretações e atribuições de significado, bem como a partir de práticas concretas, que demonstram um tipo específico de relação com a natureza, uma vez que, com base nisso, justifica-se a necessidade da inclusão de conhecimentos tradicionais locais como elemento indispensável nos processos educativos sobre questões ambientais.

Conhecimento e Inovação: origem e significado estruturais

O conhecimento tradicional associado pode ser considerado de origem não identificável sempre que não for capaz de associar a sua origem a, pelo menos, uma população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional. Quando for capaz de associar a sua origem a, pelo menos, uma população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional, o conhecimento é considerado de origem identificável (Vasconcelos, 2016).

Com isso, ele abrange o território onde a comunidade vive e onde o conhecimento é criado e compartilhado. Conservar o território, a biodiversidade e os ecossistemas são maneiras de manter a identidade das comunidades rurais e locais. No entanto, associado aos recursos biológicos, é mais do que informação. Para as comunidades, eles representam a base de sua identidade. Esse conhecimento determina o manejo e o uso de recursos biológicos que permitem às comunidades rurais e locais seus desenvolvimentos econômicos, culturais, políticos e sociais. Ou seja, é importante tomar as decisões que lhes permitam estabelecer as formas de organização comunitária, os direitos e obrigações dos membros, as regras e procedimentos, bem como as formas e práticas para o uso de recursos biológicos e a gestão do território.

A maioria dos programas de desenvolvimento rural tem, em comum, seus fracoss arcabouços teóricos e conceituais, e sua capacidade limitada de analisar a dinâmica das sociedades rurais, além de uma capacidade reduzida de aprender sobre experiências semelhantes. Resolver essa perplexidade pode significar uma contribuição para encontrar soluções para o desafio. Existem razões pelas quais muitas das experiências inovadoras em desenvolvimento rural geralmente não têm efeito multiplicador. Isso pode resultar da

dificuldade que os próprios atores têm de sistematizar lições de suas próprias práticas, de estabelecer os vínculos sob os quais essas experiências podem crescer em cobertura e influência, e nas limitações de poder que eles possuem para desenvolver propostas que influenciem nos fatores de contexto, facilitando a sua eficácia.

A proximidade e a colaboração entre agentes de solo inovadores e pesquisadores podem ser úteis com o objetivo de sistematizar essas práticas sociais. Todavia, isso requer algumas condições prévias: aceitar a necessidade de formular novos paradigmas e mapas conceituais, interpretar o processo de desenvolvimento rural como uma “fonte” e forma de aprendizado, constituindo as organizações e agências envolvidas na efetivação de projetos, como agentes do conhecimento, e procurar maneiras criativas de melhorar o relacionamento com acadêmicos e pesquisadores. A relação entre inovações e conhecimento, como aspectos críticos do desenvolvimento rural, significa pensar no desenvolvimento rural como um processo de aprendizado. As condições necessárias para transformar os projetos e organizações envolvidos em sua execução em agentes de aprendizagem busca construir um melhor relacionamento entre especialistas no campo do desenvolvimento rural e pesquisadores, além do potencial que isso implica.

Por ambiente de inovação, entende-se um conjunto específico de relações de produção e gerenciamento, baseado em uma organização social comum, manifestada por meio de cultura de trabalho e objetivos operacionais voltados à criação de conhecimento, procedimentos e novos produtos (Castells, 1996). Assim, o que define o ambiente de inovação é a sua capacidade de gerar motivações e sinergias, isto é, um valor agregado resultante da interação, ou seja, são processos de aprendizagem para pessoas aprendendo a resolver problemas em interação com outras pessoas e que, nesse processo, aplicam, trocam, pesquisam e criam conhecimento, denominados espaços interativos de aprendizagem e inovação.

Dessa forma, diz-se que, após a noção de criatividade, além de imaginação e curiosidade, existem outros fatores, tais como: apoio de grupo e incentivos à inovação; liberdade de pensamento e ação das pessoas; atitudes experimentais, incluindo abertura de espírito em relação às próprias crenças da pessoa; estímulos ao trabalho interdisciplinar e com várias experiências, acesso ao conhecimento e à informação, tolerância a falhas (Costa-Lobo, Campina, & Menezes, 2017).

Além disso, a sociedade erudita baseia-se hoje em alicerces poderosos, praticamente desconhecidos até recentemente, na mídia rural: ciência da computação e comunicação eletrônica. No entanto, a sociedade da comunicação e o novo espaço telemático devem ser

vistos como uma poderosa base de apoio à criatividade e à inovação, à produção de novos conhecimentos e à troca de conhecimentos, e não apenas como um instrumento de correspondência (Abramovay, 2000). A criação de conhecimento em uma organização é um processo contínuo e dinâmico de interação entre conhecimento tácito e explícito. Para isso, é necessário transcender o conhecimento pessoal, estabelecendo redes de intercâmbio, equipes e grupos e, portanto, espaços de interação que facilitem esses diferentes tipos de conversão (Nonaka & Reinmoeller, 2002).

Assim, a criação de conhecimento implica identificar e registrar o conhecimento tácito e as ideias existentes em uma empresa, organização ou região e que pode ser uma base fértil para a sementeira de atividades de desenvolvimento sustentável territorial. Estes podem se referir às ideias de desenvolvimento turístico, de atrações culturais, de tradições culinárias, serviços e conhecimentos tradicionais sobre produtos locais, para citar alguns exemplos. Também, podem ser atividades de pequena escala que as pessoas realizam podendo ser aprimoradas.

Além disso, as vantagens comparativas de um território, organização ou comunidade nas quais inovações podem ser desenvolvidas, também devem ser consideradas. Não é conveniente limitar o escopo da pesquisa que deve permitir a descoberta do potencial de um território específico. No caso de muitas áreas rurais, isso está relacionado a vários recursos de identidade, sejam étnicos ou sejam paisagísticos, patrimônios históricos, flora e fauna da região, tradições e lendas locais.

O conhecimento sobre esses elementos tangíveis e intangíveis pode ser uma base para a inovação, quando combinado com o conhecimento explícito de marketing ou construção de imagens. Diante disso, é o momento de pesquisar e identificar novas ideias que a população tem. Uma vez identificado esse conhecimento, deve-se buscar metodologias que facilitem sua terceirização. Portanto, o que se trata é explicar esse conhecimento e torná-lo transmissível por meio da comunicação. Para esse fim, o diálogo face a face facilita as modalidades de indução que podem ser usadas para que sejam expressas.

O uso de mídias como metáforas e histórias e muitas das técnicas e jogos que os programas de desenvolvimento rural desenvolveram podem ser veículos eficazes para isso. A combinação assume a síntese (compartilhamento) do conhecimento explícito adquirido, seja o gerado em centros de conhecimento seja o tácito já terceirizado. Esse é o momento em que novas ideias, recomendações e propostas de inovação são produzidas. Nesse viés, podemos dizer que chegamos aqui devido, em grande parte, ao pensamento que surgiu na Modernidade,

ainda em vigor. Esta baseia-se numa série de dualismos que justificam a dominação e a exploração da natureza pelos homens e pelos valores, que deram origem às sociedades intimamente ligadas ao capitalismo, que sujeitaram os indivíduos e a natureza, aproveitando do seu trabalho e conhecimento, enquanto os tornam invisíveis, mantendo seu epicentro nos mercados.

Portanto, chegamos a esse ponto devido a dois problemas fundamentais, causados pelo nosso modelo social e por ignorar o fato de que somos seres eco dependentes e interdependentes: arrastamos uma grande crise ambiental e uma grande crise de cuidado (a outra crise). Dependemos da natureza, bem como do tempo e energia de outras pessoas disponibilizadas para o cuidado, que são universais e inevitáveis. Assim, urge questionar aspectos básicos do nosso imaginário social que demonstraram sua incapacidade de fazer as pessoas viverem de maneira digna e justa. Ademais, alguns estudos mostram que essas reflexões estão sendo perdidas, por razões como a incorporação de certas comunidades ao mercado capitalista ou a ausência desse tipo de educação em educação formal. Sua aplicação é especialmente relevante na conservação da biodiversidade, em nossa qualidade de vida, na gestão de recursos locais, entre outros (Fleury & Almeida, 2007).

A colaboração da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) é o agradecimento da autonomia dos países conforme sua biodiversidade. Além disso, essa indica como finalidade, em seu art.1º, a conservação da diversidade biológica, o uso ecológico de seus elementos e a divisão correta e igualitária dos privilégios do uso dos recursos humanos (Távora, 2015). Assim, uma ferramenta necessária para alcançar a mudança social é a Educação Ambiental. Embora ela não possa, por si só, substituir a responsabilidade política ou o conhecimento científico-tecnológico, cria potencialmente as condições culturais adequadas para que as questões ambientais sejam entendidas de forma diferente.

Metodologia

Conhecimentos tradicionais locais são aqueles conhecimentos e crenças que, sendo parte do conhecimento cultural de uma cidade inteira ou de um grupo cultural, são determinados por seu contexto geográfico, cultural, ambiental e histórico específico. Esses são construtos baseados em experiências inter e intra-geracionais e comunidade, do passado, com o presente e para o futuro, vigente em determinada comunidade e orientando as práticas cotidianas, bem como as interpretações da realidade que expressam um modo de vida e uma espiritualidade (Andrade, 2006).

A metodologia que utilizamos está baseada nos pressupostos da pesquisa qualitativa, com característica etnográfica de coleta de dados que visa entender, observar e interagir com as pessoas em seu ambiente natural, ou seja, estar no "campo". Para tanto, os dados na pesquisa etnográfica direcionam o caminho teórico a ser percorrido e influenciado pelas análises e resultados da pesquisa respondem ao objeto da pesquisa enquanto visão dos pesquisadores e agentes da pesquisa. Com isso, observamos que a pesquisa etnográfica “é dar voz a uma minoria silenciosa; é caminhar em um mundo desconhecido” (Mattos, 2011, p. 45). Os procedimentos metodológicos da pesquisa foram: entrevistas; diário de campo; fotografias; vídeos; e observação participante. A análise dos dados foi feita com base nas entrevistas com produtores e produtoras rurais, morador/guia, líder espiritual e o quilombola.

Nesse sentido, a entrevista, conforme Duarte (2004, p. 215) enfatiza, diz que

elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coletas de dados.

O local da pesquisa é o município de Paraty-RJ, que se localiza na região da Costa Verde. Essa região faz parte do estado do Rio de Janeiro-RJ, pertencente à região Sul do estado. Os sujeitos da pesquisa são nove, sendo identificados como: produtor A; produtor B; produtoras C e D; produtores E e F; morador/guia G; líder espiritual H e quilombola I, todos (as) pertencentes ao município de Paraty-RJ.

Resultados e Discussões

Tecendo com o produtor de palmito

Ao chegarmos em grupo, começamos os diálogos com o produtor “A” do sítio agroecológico. O mesmo relata que foi professor de Educação Física do antigo 1º ao 4º ano em São Paulo. Foi motivado a largar a docência por outra paixão, morar perto do mar. Ele explicou que

no sítio é comercializado o palmito orgânico Pupunha e Jussara, sendo que um pé de palmito rende mais ou menos 750 gramas, vendendo a quilo, a R\$ 25,00. A produção conta também com bananas, porém sem muita expressão. A logística é manual, consigo vender para escolas, sendo o palmito comercializado em vidro ou in natura em feiras, participo da AAPOP (Associação de Agricultura de Produtos Orgânicos de Paraty). Não tenho incentivo de política local.

Nesse sentido, D'Ambrosio (2019, p. 29), enfatiza que “A matemática, como o conhecimento em geral, é resposta às pulsões de sobrevivência e de transcendência, que sintetizam a questão existencial da espécie humana. A espécie cria teorias e práticas que resolvem a questão existencial”. Ademais, Mattos (2016, p. 9) corrobora, afirmando que: “os saberes matemáticos do homem do campo mostram um desenvolvimento cognitivo e apresentam uma enorme riqueza de conteúdos provenientes da cultura, que fazem parte de uma matemática necessária e suficiente para o seu dia a dia”.

O proprietário rural segue relatando que “vê em mim muito preconceito quando vou à cidade. As pessoas me reparam nas roupas sujas e simples”. O sítio fica afastado da cidade de Paraty-RJ e com difícil acesso. Mesmo sem incentivo de políticas públicas e dificuldade para vender sua produção em mercados, o proprietário diz: “sou muito feliz onde vivo”. Por sua vez, os conhecimentos tradicionais devem ser entendidos na finalidade de experimentos e saberes acumulados através de uma comunidade diante de seus recursos naturais conduzidos de modo criativo e modificável, podendo passar por alterações e adequações no decorrer de anos (Santos & Quinteiro, 2018).

Em diálogo com o produtor “A”, identificamos que o contato com a natureza e manuseio dela foi uma decisão de vida para esse produtor. Mesmo com uma profissão já adquirida como professor, a paixão pelos conhecimentos tradicionais da terra foi mais forte do que a carreira docente. Sabemos que a docência não está limitada à sala de aula, e sim a toda forma de transmissão de conhecimento. É compreendido como população tradicional todo conjunto comunitário que reside em áreas rurais, que mantém determinada região com características específicas, modificadas por seus hábitos, usos e costumes. Essa população vive, conserva, preserva e valoriza sempre os costumes adquiridos de geração em geração por meios educacionais não tradicionais (Lima, 2008).

Para as comunidades rurais e locais, todos os componentes do território são unidos e inseparáveis. Na sua visão de mundo, é difícil entender a separação dos elementos que cercam sua vida e conceitos como recursos naturais ou biológicos, que estão relacionados a uma visão cultural diferente. Portanto, território, habitat ou ecossistema, que abrangem vários componentes da natureza, são conceitos de natureza humana integrada mais próxima da visão de mundo rural e local.

Tecendo com produtor de cachaça

Após o término da vivência na etapa inicial dos estudos junto ao produtor rural “A”, no percurso da tarde seguimos em diálogos nas rodas de conversas em diversificados locais da propriedade. Foi possível identificar conhecimentos tradicionais e matemáticos na prática do produtor e empresário, proprietário do Alambique de Cachaça, presente no mercado desde 2009.

O produtor “B” afirma:

faz uma coleta de três ou quatro colmosⁱ e cada talhão de cana trazemos aqui para o engenhoⁱⁱ com refratômetroⁱⁱⁱ. A gente vai pegar pé e ponta e a gente pega o índice de maturação de cada talhão. Nesse momento, a gente faz o planejamento de corte, de acordo com índice de maturação^{iv} que está posto ali. Geralmente, essa sequência de corte muda muito pouco a cada ano, porque a partir do momento que cortei primeiro esse talhão, no ano que vem a tendência que eles estejam maduros primeiros. Então mais ou menos é essa a regra que a gente vai colocando, até nesse momento é que a gente consegue saber, se a gente consegue no determinado ano, começar a safra no meado de maio, final de maio, início de junho vai depender um pouco disso. As vezes a cana faz a gente esperar um pouco mais. O que a gente faz ao longo do ano inteiro, independente até do brix da cana, mesmo que ela esteja dando dezesseis, dezessete e meio é o melado de cana. O melado de cana produz o ano inteiro, então eu sempre tenho.

Em relação ao produto melado, questionou-se ao produtor “B”, que continua a sua explanação:

produzimos, e a gente ao longo do ano inteiro, então isso não dá para parar, porque a demanda inclusive no verão é bem grande, então a gente sempre reserva uns talhões de cana que a gente praticamente vai cortando durante o verão para produção do melado.

Além disso, ele complementa as informações explicando as diferenças relacionadas à produção de melado:

exatamente, a diferença é que às vezes uma tachada no verão vai me render, no tacho nosso, uma tachada vai render aí uns 35 a 40 litros de melado, quando chega no período de safra a gente consegue na mesma tachada 50 e tanto, 60 e pouco até 70 litros de melado a gente consegue, dependendo né no momento do brix^v da cana.

Ao ser questionado sobre quantos o brix seu melado tem de concentração, ele responde: “a gente tira a concentração dele pelo baumé^{vi}, não sei te dizer o brix, no baumé a gente pega a concentração ali de 35 a 36 graus baumé, é o xarope, é o ponto, para ali”. Por sua vez, nas palavras de Brito e Matos (2016, p. 33), esses saberes “geram um ensinar e um aprender que servem de exemplo pedagógico nas escolas da comunidade, como também em outras escolas”.

Continuamos com a entrevista, questionando: “é a densidade que mede?” E foi respondido que

é um decímetro, a densidade. Então aqui no sítio a gente tem algumas touceiras de variedade de canas nobres, que são variedades antigas que a gente foi buscando de um lugar a outro aqui mesmo na cidade, mais decorativo, mais para fazer experiências, hoje essas nossas variedades de uso aqui, basicamente vieram desde 2007, a gente faz alguns experimentos de cana, aqui no Alambique.

Segundo informações do produtor “B” responsável, nos explica de forma ampla e objetiva que:

então pessoal aqui, conforme falei, conforme a colheita, feita na propriedade ou a cana quando vem aqui de um fornecedor externo, é o caso dessa cana aqui, não é nossa, a gente faz a moagem né, com a moagem o bagaço já cai direto na carroça do trator e daqui ele vai ser direcionado seja para as caldeiras, a gente tem 2 caldeiras ou para essas áreas da compostagem ou do próprio canavial.

O caldo, aqui do engenho, é um engenho 8 por 12, 9 por 12, desculpa, a gente coloca um filtro decantador^{vii}, aqui na saída dele. A nossa ideia é para o ano que vem já mudar por uma peneira rotativa, porque gente acha que vai ser um trabalho melhor para gente, mais por enquanto a gente está usando um filtro decantador, aqui na saída do engenho, o tubo vai pela tubulação que passa em cima, ela é montada e desmontada diariamente, envolvendo a montagem, moe depois desmonta para fazer limpeza, lavagem e ela entra na sala de fermentação por aquele tubinho que está ali, naquele buraquinho na parede lá, fecha, fica fechado no tubinho externo ali, então ali a gente direciona o caldo, ele vai por gravidade do engenho para o nosso tanque pulmão, tá, acho que isso aqui não tem muito mistério.

Diante dessas palavras, é preciso entender que “o ser humano, a todo momento, está sempre atribuindo sentido a tudo, principalmente quando busca respostas para os acontecimentos e para os eventos que ocorrem no dia a dia” (Mattos, 2020, p. 36).

Perguntamos: “você tem quantos ternos ali na moagem?”

são três ternos, três ternos, três moagem, três massacre das células. Ele esmaga quando desce, esmaga quando sobe e desce de novo, então assim, a gente faz em uma única vez, a gente consegue regular ali, de forma que esmaga bem a cana, e a gente consegue extrair bem, é claro que se tivesse um trabalho de moagem com mais terno ali, a gente conseguiria mais um pouquinho, mais é o que a gente consegue fazer no momento.

O saber associado à ciência e o saber-fazer associado às comunidades tradicionais e agricultores familiares dividem princípios metodológicos habituais. Portanto, é viável dizer que os métodos que conduzem a formação ou estrutura desses dois “tipos” de conhecimentos são diferentes. Os saberes dos agricultores são eficientes e diferenciados, e essa diferenciação é fundamental para obter respeito ao apropriar-se (Meyer, Mota & Corrêa, 2011).

Ao identificar climas, ciclos de plantas, estações frias ou chuvosas, hábitos de animais e insetos, observar e experimentar plantas e animais, eles obtêm alimentos, matérias-primas e ferramentas, que juntos formam parte da identidade cultural e é expresso de diferentes maneiras: gastronomia, roupas, artesanatos, costumes, tradições, idioma, celebrações, ritos e mitos, técnicas e procedimentos. O produtor “B” conseguiu transmitir, por meio de suas falas, como é um processo da cana-de-açúcar desde a moagem até o produto final, que é a cachaça. Vimos muita paixão pelo trabalho desse produtor, além de muito respeito à biodiversidade do local.

Tecendo com produtoras rurais da Feira de Agricultura

A Feira de Agricultura Familiar e Economia Alternativa de Paraty-RJ, foi um espaço em que as produtoras “C” e “D” nos relatam que fazem parte de diversas comunidades contendo dez barracas com fortes traços de tradicionalismo familiar. A feirante, produtora “C”, artista plástica, formada em administração, sempre plantou por *hobby*, e diz: “há 30 anos trabalho na produção de flores, temperos, ervas medicinais com meu marido, desenvolvo mosaico em cascas de ovo e tinta criada por mim própria”. A produtora rural “D”, da barraca de temperos da vida, relata que “é vendido diversos temperos naturais, como: colorau, farofa vegana, açafraão da terra em pó, temperos caseiros, sal temperado com ervas finas”. A produtora rural “D”, também nos diz: “escrevo minha história com coisas boas, no meu pé de limoeiro plantado há muitos anos, nele todos os dias deixo um saquinho com os meus problemas para esquecer deles e tentar dar o melhor para as pessoas com meu trabalho”.

As feiras livres são importantes espaços para a venda da produção da agricultura familiar e também como forma de socialização, formação da identidade local e cultural. São nessas feiras que a população encontra produtos saudáveis, livres de agrotóxicos e que impulsionam a agricultura familiar e o desenvolvimento rural.

Nesse contexto, a educação ambiental é de suma importância, pois transmite conhecimento e educa a sociedade para o consumo de alimentos saudáveis e apoio a produtores locais. Autores como Viveiro e Diniz (2009) destacam a importância de incluir na educação ambiental o fator afetivo e os valores ambientais como valores acessíveis a todos. Ao desenvolver tarefas de treinamento, devemos transmitir a mensagem com a palavra, com o exemplo e com o sentimento. Portanto, defende-se uma educação ambiental com uma perspectiva desenvolvida por inúmeros autores. A característica mais relevante é que o modelo começa com um, oferecendo a todas as pessoas, a garantia de que suas opiniões são

vitais e importantes e, portanto, ajudando a estabelecer canais de participação, fortalecendo um processo de consolidação da autonomia pessoal e coletiva, isto é, fortalecendo a sociedade.

Tecendo com produtores rurais de Agricultura familiar

Na visita realizada como procedência dos dias descritos anteriormente, e nos diálogos em roda de conversas, foi possível identificar o conhecimento tradicional na prática e vivência dos produtores. Descreveremos, a seguir, o relato perpassando pela linhagem filosófica dos produtores, acoplando-os aos tratos e zelos com o lidar da terra. Segundo informações, o produtor “E” relata:

eu ia para tudo quanto roça, fui conhecer Paraty inteiro com a moto, uns 5 anos morando aqui, vim morar aqui no São Roque, assim que as coisas deu certo, eu arrumei mais um trabalho com a Educação Física já estava formado. Aí eu vim morar aqui no São Roque que é esse bairro passa, que ali tem uma rua asfaltada que é um bairro mesmo, tem padaria, mercadinho e tal.

No contexto histórico originário descrito pelo produtor “E”, podemos perceber o zelo, quanto aos pensamentos na forma de expressar. É visível e ampla a corrente filosófica nesse contexto de pensamento, além de estar alinhado e à sua originalidade, segundo relata:

vim morar aqui no São Roque, me apaixonei e falei com minha mãe, mãe vamos para lá, vamos morar lá no sítio e tal, aí minha mãe veio, minha mãe também é professora, se apaixonou, falou daqui não saio, eu vou ficar por aqui, aí trouxe a matrícula dela do Estado para cá. Eu e minha esposa estamos 18 anos juntos, ela não tinha vindo aquela coisa da mãe e não sai de perto da mãe e tal, aí o primeiro dinheirinho que a gente juntou, compramos um terreninho ali na Barra Grande, nossa ideia foi construir naquele local, ainda não é o momento de ter os animais, criar.

Percebemos que, ao longo dos discursos, o zelo e os cuidados com os sonhos são muito fortes e estão presentes na essência real do produtor “E”. O mesmo segue, e nos relata:

o terreno ficou lá, nada de construir naquele terreno, aí um belo dia, conheci um rapaz, que era dono aqui, tenho um sítio e quero negociar, financio, gente foi juntando o dinheirinho, eu dava aula durante o dia e entregava pizza durante a noite com a moto, ia juntando um dinheirinho, aí surgiu essa oportunidade, há 10 anos atrás, aí eu falei vamos lá ver o sítio, quando vim aqui me apaixonei, fiz negócio na hora.

O produtor “E” nos explicou como procedeu ao enquadramento inicial no terreno em um eixo ímpar na propriedade rural, o processo explicativo foi:

aqui era um sítio que era tudo um bananal. Boa parte dessas árvores cresceram depois que o bananal ficou largado e tal, veio aqui floresta, mais antes era tudo só banana, não tinha essas árvores grandes, na época que comprei, a gente só plantou palmito que tinha a área toda limpa.

Ao longo dos nossos diálogos, foi possível identificar o quanto esse produtor é sonhador. Percebemos que os cuidados pelos conhecimentos tradicionais são peculiares no ato de sua vivência. Isso é visível no momento em que ele diz:

aí comecei a sondar na cidade, o que vou fazer no sítio, preciso gerar renda no sítio, a gente tem ideia de viver lá, e estamos aqui uns 2 vai fazer 3 anos, trabalhando firme aqui no sítio, hoje a gente consegue vender banana, a gente tem 2 bananais um aqui e um ali do outro lado, e do outro lado também e comei a manejar esse bananal, encontrei o “produtor F”, meu braço forte aqui. Ele é daqui de Paraty, nascido e criado aqui, ele mora em uma área, que é área quilombola também, ele foi criado lá nessa área, hoje ele não está mais, por alguns motivos e hoje ele mora aqui, vive aqui no sítio e me ajuda, aí a gente começou a trabalhar com a banana e o palmito, é o que a gente tem é isso.

É possível ver que, ao longo do diálogo do produtor e suas exemplificações, as estratégias adotadas revelam traços em suas formalizações e cuidados, boa parte alinhada às estruturas matemáticas, assim como, sempre, visando à proteção e cuidados com a natureza, até porque isso nos mostra que, no processo educativo, é presente essa interdisciplinaridade. Assim, o mesmo nos diz:

na época até pensei: vou adubar esse bananal vai tirar banana, vamos colocar para vender e encaixotar, aí quando você vai ver preço das coisas, o investimento é muito grande, botar química e começa estudar, pesquisar e tal, o “produtor F” sempre falava, nós temos que plantar com força da terra é a força da terra que vai ajudar a gente aí na banana. A prefeitura com o lance da agricultura familiar começou a comprar a banana do agricultor, o “produtor F” diz, e muitos aqui dizem produziam muita banana em Paraty mandava banana para Rio de Janeiro, saía balsa cheia de banana, na época que nem tinha estrada.

O produtor “E”, também, relata: “não tinha a estrada Rio-Santos, o transporte era barco”. Ele continua:

há 30 anos, a gente começou a trabalhar a banana, consegui a possibilidade de vender pra prefeitura para merenda escolar, para merenda escolar do Estado, numa chamada pública, a gente participou e tal, fui estudar e ver como, eu poderia me enquadrar dentro da agricultura familiar, aí vem vários quesitos, assim tipo, a gente teve que deixar alguns trabalhos fora, que gerava uma graninha legal, que a gente conseguia mover a vida, melhorar as coisas e tal, porque a gente tem que ter uma renda maior dentro do sítio do que fora do sítio e pra gente ficar enquadrado e ser beneficiado em poder vender pra prefeitura a gente teve que deixar de entregar pizza a noite, diminuiu a renda fora do sítio e manter uma renda maior dentro do sítio para que a gente ser beneficiado por esse tipo de política. Desde então estamos aqui trabalhando, eu sou um perfil diferente do pessoal da agricultura aqui, por conta de, de ter

estudado e ter nível superior, ter outro trabalho, eu vivo e aprendo muito com o pessoal daqui.

Por contar com mais de um método de conhecimento, é importante ressaltar o que é conhecimento científico em divergência ao denominado conhecimento popular, vulgar ou de senso comum, conforme Prodanov e Freitas (2013). Não deixa de ser conhecimento aquilo que foi analisado ao nomeado ou transferido por seus antepassados por meio da educação informal ou fundado em semelhança ou vivência pessoal. Essa forma de conhecimento, saber popular, é diferente do conhecimento científico por lhe carecer a base fundamental a ciência (Prodanov & Freitas, 2013).

Nesse viés, o conhecimento tradicional associado é determinado por meio de identificação de trabalhos científicos, sua escritura em registro ou em banco de dados, ou listagens culturais. A lei determina a natureza simultânea desse conhecimento, posto que somente um integrante do povo ou da comunidade em conteúdo que a dispõe (Santos & Quinteiro, 2018).

As políticas públicas iniciadas pelo processo de redemocratização que o país passou na década de 1980, principalmente pela promulgação da Constituição de 1988, com a qual ocorreram descentralizações governamentais, possibilitaram aos atores sociais intervir viabilizando políticas setoriais na medida em que transformaram a relação Sociedade e Estado, tornando-se principais agentes no processo de democratização. Ao mesmo tempo, o Estado se depara com essa nova realidade, modernizando suas funções tipicamente tradicionais em uma gestão mais participativa em políticas públicas sociais. Foi nesse contexto que as políticas públicas, principalmente as relativas à pobreza no Governo Lula (2003-2010), e a agricultura familiar ganharam espaço, especialmente com o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF).

É nesse caminho que a agricultura familiar ganhou espaço na agenda governamental por meio de um conjunto de políticas públicas que estimulasse a produção de alimentos, em especial para a população mais carente que, na visão de Mattei (2014, p. 74), trouxe visibilidade “a povos e populações tradicionais, antes “invisíveis” através dos programas do Governo Federal como: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Aquisição de Alimentos (PAA) e os Planos Safra da Agricultura Familiar, o Programa Nacional de Reforma Agrária (assentamentos, regularização fundiária e crédito fundiário), os Programas Territórios de Cidadania e Territórios Rurais de Identidade, o Programa Luz para Todos (de eletrificação rural) e a Política de Habitação Rural.

Tecendo a historicidade de Paraty-RJ

A visita ao Centro Histórico de Paraty-RJ remete aos antepassados de 1820, quando as ruas com calçamentos irregulares chamados "pé de moleque". As forças das águas, com a intensidade das marés na lua cheia, e a cultura do café e da cana-de-açúcar, caracterizam o Centro Histórico de Paraty-RJ. De acordo com relatos do “morador” e guia de estudos “G”,

as ruas foram formadas sempre da nascente para o poente no sentido do norte para o sul. Sendo considerado pela UNESCO como um dos conjuntos coloniais mais charmosos, também é considerado patrimônio nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a cidade sendo protegida por barreiras como correntes impedindo que veículos invadam a cidade e com isso perca espaço tirando sua beleza e registro.

Na sequência, o mesmo continua explicando claramente quando se posiciona retratando:

a maçonaria fez parte da história de Paraty, deixando como marca os desenhos geométricos em relevo. Paraty é uma das cidades Brasileiras mais visitadas por turistas do mundo inteiro, encanta por suas belezas naturais e por sua forte trajetória do ciclo da cana e do ouro.

Segundo Paes (2015), a cidade de Paraty com suas edificações representa em seu conjunto harmonioso de arquitetura colonial, paisagismo e Mata Atlântico, um todo que combinados entre si agregam valor à cidade. De uma cidade que possuía um conjunto arquitetônico e paisagístico abundante, a preocupação com a historicidade de valor fez com que fosse nomeada em 1945, Monumento Estadual do Rio de Janeiro, segundo a autora.

Ainda para a autora, a valorização atual do patrimônio cultural arquitetônico no Brasil fundou-se de um processo de institucionalização iniciado entre os anos de 1930-1940, a partir de políticas públicas que representaram um projeto nacionalista do governo de Getúlio Vargas formalizado por meio do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) – atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A cidade de Paraty, que foi considerada Monumento Nacional, ganha posição de Patrimônio da Humanidade em 2019, aliando centro histórico-cultural e área ambiental, declarado patrimônio misto. Assim, mesmo com o título internacional, foi possível verificar que a cidade ainda esbarra na barreira da violência e do saneamento básico, problemas esses que atingem a maioria das cidades no Rio de Janeiro.

Para Axer (2009), o desenvolvimento turístico do patrimônio da cidade precisa passar por uma constante avaliação de sua manutenção, do seu uso no dia a dia e de seu reconhecimento, evidenciando a importância das culturas locais.

Nesse sentido, ainda que haja essa visibilidade trazida pelo título internacional para a cidade, seus problemas locais também se tornam visíveis. Diante disso, são necessárias políticas públicas que abranjam a cidade como um todo, ou seja, que o seu conjunto arquitetônico, cultural e natural harmonize com suas deficiências a fim de superá-las.

Tecendo com o movimento “Hare Krishna”

Na visita realizada à Comunidade Hare Krishna, a qual está cercada por lindas paisagens, situada no alto da montanha, foi feito o contato direto com a natureza, cercada de rios e cachoeiras praticando a sustentabilidade. Nela, podemos perceber uma organização em relação à questão da espiritualidade, além de oferecer, aos adeptos da religião ou hóspedes, um lugar rico em harmonia com a natureza. Fundada na década de 1980, havia uma grande comercialização de bananas que eram interesse apenas de empreendedores, que não foi o caso da fundação dessa comunidade, pois ela carrega um estilo de vida mais saudável, equilibrado na natureza e baseado na espiritualidade.

Assim, a filosofia dessa comunidade, que está intimamente ligada à espiritualidade, faz parte de um movimento que nasceu na Índia, conhecido popularmente como movimento “Hare Krishna”. Define-se por Krishna uma sublime personalidade de Deus, praticada em várias partes do mundo atualmente. Nessa comunidade visitada especificamente, o representante da comunidade “H” diz: “é um lugar de refúgio para entrar em harmonia com a natureza e a espiritualidade”. Acrescenta que,

o respeito com a terra e animais promovem um bem-estar recíproco e que devidos alimentos como a cebola, alho e o café são capazes de alterar o equilíbrio do corpo, não sendo bom para espiritualidade. A comunidade também recebe pessoas que estão decididas a mudar o estilo de vida, se colocando à disposição como voluntários se inserindo na espiritualidade e contato com a natureza onde eles retribuem trabalhando no local para uma futura permanência na comunidade.

Considerado como novo movimento religioso, que iniciou no Ocidente na década de 1960, o movimento Hare Krishna teve início no Brasil a partir de 1970. A International Society for Krishna Consciousness (ISKON) é uma instituição que disseminou o Hare Krishna pelo mundo, e suas origens relacionam-se com o hinduísmo (Carvalho, 2017). Nesse movimento, considera-se o Krishna como a suprema personificação de Deus, no qual Deus permite um relacionamento pessoal por meio dos rituais. No Brasil, esse movimento se relacionou com movimentos urbanos de jovens de classe média que buscavam uma vida

alternativa, com a construção de comunidades ecológicas localizadas principalmente em áreas rurais (Carvalho, 2017).

Para Guerreiro (2001), o surgimento do Movimento Hare Krishna no Brasil está associado a outros acontecimentos urbanos do gênero da década de 1970 e começo dos anos 1980. Esses movimentos, compostos por jovens das classes médias urbanas, procuravam estilos de vida naturais.

Por ser um movimento que prioriza uma vida plenamente significativa, contrapõe-se à vida da sociedade capitalista, em que o materialismo é o centro da atenção. Nessa pesquisa, observamos a organização da divisão de tarefas, desde plantar, colher e preparo dos alimentos, já que todas as refeições são realizadas em conjunto com moradores da comunidade e visitantes. A organização dessas comunidades sustentáveis, em especial as rurais, e a procura por espiritualidade são características dessa comunidade. “Esse “reencantamento” representava uma tentativa de encontrar uma vida plenamente significativa, contrastando com o aparente mundo sem sentido da sociedade industrial” (Guerreiro, 2001, p. 46).

O entrosamento da comunidade com a natureza e espiritualidade permitiu aos pesquisadores observar que a comunidade visitada procura uma nova maneira de viver, ou seja, uma contracultura aos dias de hoje, para que o sujeito se encontre e busque uma nova vida, seja um novo homem mais humanizado e integrado com a divindade.

Tecendo e experimentando com conhecimentos no Quilombo do Campinho da Independência

Percebemos que o Quilombo é consequência de um método de decomposição territorial. No fim do século XIX, com o fim do período escravocrata e segundo depoimentos de moradores e levantamentos de historiadores, há indícios de que os primeiros negros libertos do Brasil se encontraram nessa fazenda. Nessa região, desembarcavam os carregamentos clandestinos de escravos que alimentaram a expansão cafeeira nas últimas décadas do tráfico africano, que se sucedeu de 1831 a 1850 (Lima, 2008).

O quilombo está posicionado ao longo da costa litorânea do Estado do Rio de Janeiro, na rodovia Rio-Santos. O levantamento da rodovia, por volta dos anos 1970 a 1973, despertaram interesse pelo local e, em consequência, o interesse imobiliário, não só em Paraty, mas em toda a costa litorânea, lugar em que constam outras comunidades quilombolas, como Santa Rita do Bracuí (Angra dos Reis), Rasa (Búzios), Caveira (São Pedro da Aldeia) e Marambaia (Mangaratiba) (Alves, 2014). Em 1994, os quilombolas criaram a

Associação de Moradores e começaram a reivindicar a posse coletiva de suas terras, havendo a execução do recente regimento às comunidades remanescente de quilombo, o Artigo 68 (Alves, 2014).

Os quilombos do Estado do Rio de Janeiro, conhecidos atualmente como comunidades tradicionais, surgiram em consequência da queda dos grandes latifúndios e do período de crise econômica na atividade agrícola pelo qual o país passava. Nessa ocasião, alguns padrões doavam suas terras, que eram supridas pelos próprios trabalhadores locais, e ali se formavam os quilombos, que eram habitados por escravos fugitivos, indígenas e trabalhadores livres, os quais tinham ampla produção para consumo próprio e das tropas encarregadas pelas críticas e ataques que esses territórios sofriam (Poubel, 2016).

A titulação, contudo, só ocorreu no dia 21 de março de 1999 (Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial). A partir desse momento, os quilombolas tiveram apoio da Fundação Cultural Palmares e da Secretaria de Assuntos Fundiários do Estado do Rio de Janeiro. No entanto, a posse permanente de sua terra foi comemorada na Escritura de Atestação de Domínio das terras da comunidade, por meio do constituinte. O estado do Rio de Janeiro, junto com Associação de Moradores conseguiu, depois de muitas lutas, que o Quilombo da Independência do Campinho fosse à primeira comunidade quilombola a receber a titulação coletiva de suas terras (Alves, 2014).

Na visita, fomos recebidos na Associação de Moradores do quilombo pelos moradores mais velhos, respeitosamente chamados por “anciões”, que carregam toda memória e vivências, passando para os mais novos suas tradições e conhecimentos, não deixando a história se perder, conhecidos como “Griô”. O ancião é um guardador de memórias com papel fundamental na vida da comunidade tradicional, pois consegue fazer uma ponte do passado, do presente e do futuro com conhecimentos adquiridos, que são transpassados para os seus filhos e netos com o objetivo de preservar uma sabedoria rica e manter conservados na comunidade esses conhecimentos, já que as comunidades Quilombolas são reconhecidas por suas tradições e lutas de resistências (Santos & Souza, 2020).

A quilombola “I”, guia da visita, relatou que

na tradição da comunidade, as pessoas se casam entre as famílias, tendo casos em que quilombolas casaram com pessoas de fora da comunidade e que, no caso de separação, estas pessoas tiveram que sair da comunidade, com algumas exceções que no caso de mulheres permaneceram por causa dos filhos não podendo se casar com pessoas de fora.

Isto demonstra que a tradição continua forte no sentido do casamento entre famílias quilombolas. Outro relato do quilombola “I” é sobre a educação, “existe uma escola municipal dentro da comunidade que funciona com muitas dificuldades, embora tenha o apoio da Universidade Federal Fluminense (UFF) com capacitação de professores, mas o resultado não surge muito efeito, pois não há uma continuidade deste trabalho”. A resistência do quilombo é por uma educação contextualizada, com manifestações culturais (jongo, samba, capoeira, artesanato), para que as crianças não percam a essência de suas raízes, que por vez fora do quilombo não são valorizadas.

Para Arruti (2010), esse reconhecimento oficial da comunidade como remanescente de quilombo levou à sua entrada no cardápio de políticas públicas oficiais e de iniciativas de organizações sociais, o que produziu, por sua vez, uma enorme visibilidade da comunidade no contexto sociopolítico de Paraty. Dessa forma, o reconhecimento da comunidade negra e rural de Campinho como remanescente de quilombo, bem como a tomada de posição política da comunidade em torno de uma identidade quilombola, impactou diretamente na vida dos moradores e, sobretudo, corroborou para um novo processo de organização num cenário de lutas e resistências (Alves, 2014).

A identidade do Quilombo do Campinho não pode ser definida pelo número de seus membros, nem medida pelo tamanho do seu território, mas pela experiência vivida e compartilhada por seus representantes mais velhos, que formam uma identidade e um território próprio. No entanto, práticas de resistência foram observadas nesse Quilombo, como a luta contra a invisibilidade e a negação da existência desses sujeitos enquanto quilombolas, ou seja, reconhecimento como quilombola resultante de uma identidade construída socialmente em um contexto de uma posição demarcada desde a escravidão.

Em conversa com os “Griôs”, ao receber os pesquisadores, começam a relatar com orgulho toda a trajetória do surgimento do Quilombo do Campinho contada por seus avós e pais, uma história de luta e resistência. Desde o início, os moradores vivem de acordo com os costumes de seus ancestrais, mantendo a tradição nas comidas, nas danças, nos jogos, nas músicas, nas artes e remédios naturais para cura de alguma enfermidade, conhecimentos que, na maioria das vezes, são excluídos pela sociedade e por alguns pesquisadores.

Diante disso, considerando os resultados apresentados, percebemos as perspectivas sociais e culturais de cada grupo. Essa posição das diretrizes e normas abre as portas para a incorporação, no currículo escolar, de novas práticas e conhecimentos ambientais que

circulam dentro dos grupos. Esse é, sem dúvida, um grande sucesso no reconhecimento do multiculturalismo e no respeito pela diversidade sociocultural existente no mundo.

Conforme Silva, Saraiva e Silva (2018), o aprendizado do conhecimento tradicional precisa ser trazido para a sala de aula e ser apresentado aos estudantes por meio do professor, enquanto interventor, aproveitando esse espaço da sala de aula para enfatizar a relevância dos conhecimentos tradicionais das comunidades. Isso é necessário, pois as referências de culturas tradicionais locais devem ser adaptadas aos assuntos dos livros didáticos, para uma associação e, conseqüentemente, resultando em um ensinamento interdisciplinar.

Por fim, deve-se pensar o conhecimento tradicional como uma atividade humana de raciocínio baseado na experiência, a explorar vários conhecimentos e práticas ambientais que circulam dentro de grupos culturais. Nesse sentido, deve-se abrir um espaço para eles na sala de aula, reconhecer e respeitar a ampla diversidade ambiental de nossa população rural. Dessa forma, podemos fazer da escola um local de encontro para diferentes culturas, o que nos permite construir sociedades que respeitam a diferença.

Considerações finais

Pesquisar sobre povos e comunidades tradicionais rural-urbano foi um trabalho que demandou percepção nos detalhes dos pesquisadores pois, além de termos visões, conhecimentos e autoavaliações diferenciadas, conseguimos contextualizar a prática dos conhecimentos tradicionais. Vale salientar, também, um pouco da história dos locais visitados, frisando os costumes e as tradições de conhecimentos populares inseridos nesse ambiente rural-urbano.

Como foi visto durante a pesquisa, os agricultores tradicionais, a agricultura familiar, a Ecovila e o Quilombo e os conhecimentos tradicionais são essenciais para continuação da história, costumes e identidade do indivíduo diante dos valores e conteúdos inerentes à realidade histórico-cultural própria dessas comunidades, em que os sujeitos se reconheçam e façam parte dessa identidade ativamente.

Para os povos e comunidades tradicionais, a terra e a natureza em geral apresentam qualidades quase sagradas. A terra é reverenciada e respeitada, e não considerada simplesmente como um recurso econômico. Na visão desses povos, a natureza é a fonte primária de vida que nutre e sustenta um povo. Da mesma forma, o conhecimento que é transmitido de geração para geração torna-se um conhecimento local, coletivo e holístico, no qual a memória se torna o recurso mais importante desses povos e comunidades. Tomando

como exemplo o que foi visto no Quilombo e na Ecovila, todas as práticas e sabedorias são muito bem resguardadas quando foram narradas para os pesquisadores, pois conseguimos observar e admirar uma grande riqueza de detalhes que nos permitiram repensar a importância dessas pessoas para a história local da cidade e do Brasil, como é caso do Quilombo, ao relatarmos suas dificuldades e resistências para a sobrevivência de suas identidades.

Os agricultores familiares e tradicionais relataram que seus interesses pela agricultura partiram de seus antecedentes e pelas trocas ecológicas (com a natureza), que garantem um fluxo de bens, materiais e energia do ecossistema. Como foi visto, os agricultores familiares que estavam na feira de agricultura familiar de Paraty-RJ possuíam essa característica de uma relação autossuficiente retirada da natureza, pois eles sempre demonstraram um afeto pelo local e, com seus conhecimentos e métodos tradicionais, mantiveram a cultura específica daquelas terras, consecutivamente as técnicas utilizadas até hoje para a continuação das produções.

Nas últimas décadas, a questão de preservação da biodiversidade se tornou tema internacional, e os números de áreas ambientais protegidas aumentaram. Para isso, os povos e as comunidades tradicionais têm participação ativa nesse processo, pois por meio destes ocorrerá o empoderamento dessas comunidades locais, ou seja, o reforço e o controle do seu território. Da mesma forma, a proteção dessa biodiversidade natural e cultural só surtirá efeito com uma proteção em conjunto entre Governo e instituições não governamentais.

Concluimos, portanto, que a sabedoria tradicional e local são importantes, pois elas também caracterizam, além da sua especificidade cultural e ambiental, a cidade de Paraty-RJ. Além de conhecida internacionalmente, por meio de seus recursos naturais e históricos, são preservadas por aqueles que, de alguma forma, contribuíram e contribuem para sua permanência na história.

Agradecimentos

As visitas foram realizadas em atividades de campo como proposta formativa de contextualização do programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), no período de 24 de outubro a 26 de outubro de 2019, no município de Paraty, estado do Rio de Janeiro, as quais foram enriquecedoras para contextualizar a referência urbano-rural e, assim, contribuir para a biodiversidade e qualidade de vida inserida nesse espaço. Valiosos, também, são os saberes

presentes agregando, assim, de forma abundante a educação. Agradecemos imensamente os colaboradores da pesquisa, assim como o PPGEA/UFRRJ e a CAPES.

Referências

Abramovay, R. (2000). O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, 4(2), 379-397.

Alves, E. C. S. (2014). “(...) *Tem que partir daqui, é da gente*”: a construção de uma escola “Outra” no quilombo Campinho da Independência, Paraty, RJ (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Andrade, P. P. (2006). Biodiversidade e conhecimentos tradicionais. *Prismas*, 3(1), 4-25. <https://doi.org/10.5102/prismas.v3i1.214>

Arruti, J. M. (2010). Escolas em comunidades quilombolas: conceitos, números e o esboço de uma pauta de trabalho. *Educar em Revista*.

Axer, S. (2009). Turismo cultural: o município de Paraty e a FLIP. *Itinerarium*, 2, 1-23.

Brito, D. R., & Mattos, J. R. L. (2016). Saberes matemáticos de agricultores. In J. R. L. Mattos (org.). *Etnomatemática: Saberes do Campo* (pp.13-38). Curitiba: CRV.

Carvalho, L. A. G. (2017). Representações, memórias e subjetividades: um estudo sobre a história do movimento Hare Krishna em Caruaru (1986-1996). *Semina – Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF*, 16(1), 155-169.

Castells, M. (1996). A sociedade em rede. In *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura* (vol. 1). São Paulo: Paz e Terra.

Costa-Lobo, C., Campina, A., & Menezes, J. (2017). Criatividade nas realidades educativas: considerações teóricas. *Revista Diálogos Possíveis*, 1, 2-23.

D'Ambrosio, U. (2019). *Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade*. Belo Horizonte, Autêntica.

Duarte, R. (2004). Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar*, 24, 213-225. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.357>

Fleury, L. C. & Almeida, J. P. (2007). Populações tradicionais e conservação ambiental: uma contribuição da teoria social. *Revista Brasileira de Agroecologia*, 2(3), 3-19.

Guerreiro, S. (2001). O Movimento Hare Krishna no Brasil: uma interpretação da cultura védica na sociedade ocidental. *Revista de Estudos da Religião*, 1, 44-56.

Lima, L. R. (2008). *Quilombos e políticas de reconhecimento: o caso do Campinho da Independência* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo.

Mattei, L. (2014). O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. *Revista Econômica do Nordeste*, 45(5), 83-92.

Mattos, C. D. (2011). Estudos etnográficos da educação: uma revisão de tendências no Brasil. In Mattos C. D. (Org.). *Etnografia e educação: conceitos e usos* (pp. 25-48). Campina Grande: EDUEPB. <https://doi.org/10.7476/9788578791902.0002>

Mattos, J. R. L. (2016). Introdução. In Mattos, J. R. L. (Org.). *Etnomatemática: Saberes do Campo* (pp. 9-11). Curitiba, CRV.

Mattos, S. M. N. (2020). *O sentido da matemática e matemática do sentido: aproximação com o programa etnomatemática*. São Paulo: Editora Livraria da Física.

Meyer, G., Mota, D. M., & Corrêa, R., O. (2011). Construção de saberes com agricultores familiares no Nordeste Paraense. *Revista Interações*, 12(1), 19-29. <https://doi.org/10.1590/S1518-70122011000100003>

Nonaka, I., & Reinmoeller, P. (2002). *Knowledge creation and utilization: promoting dynamic systems of creative routines. Creating Value: Winners in the New Business Environment*. Blackwell: Oxford.

Paes, M. T. D. (2015) Trajetórias do patrimônio cultural e os sentidos dos seus usos em Paraty (RJ). *Resgate – Revista Interdisciplinar de Cultura*, 23(30), 105-118. <https://doi.org/10.20396/resgate.v23i30.8645810>

Poubel, A. G. S. (2016). *A luta, o reconhecimento e a titulação da terra em comunidades remanescentes de quilombos: o caso da fazenda machadinha* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Rio de Janeiro.

Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo: Editora Feevale.

Santos, G. M., & Quinteiro, M. (2018). *Saberes Tradicionais e locais: Reflexões Etnobiológicas*. Rio de Janeiro, RJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro Editora. <https://doi.org/10.7476/9788575114858>

Santos, J., & Sousa, L., M. (2020). Guardiões da memória: um estudo na Serra do Evaristo sobre os aspectos semelhantes entre cultura africana e brasileira. *Revista Brasileira de Meio Ambiente*, 8(4) 14-22.

Silva, M. A. O., Saraiva, L. A. P., & Silva, A. P. T. (2018, dezembro). Conhecimentos Tradicionais na Sala de Aula: Uma Linguagem a ser Relacionada com o Livro Didático na Escola Municipal José de Aquino/Cuitegi/PB. *Anais do VII Encontro Nacional das Licenciaturas – ENALIC*.

Távora, F. L. (2015). *Comentário à Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015: Novo Marco Regulatório do Uso da Biodiversidade*. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado.

Vasconcelos, R. M., Macedo, F., Dias, A., Freire, A., & Moreira, C. (2016). Conhecendo a Lei nº 13.123, de 2015, e o Decreto nº 8.772, de 2016, que regulam o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado e a exploração econômica de produto ou material reprodutivo desenvolvido a partir do acesso. In Vasconcelos, R. M. *Marcos regulatórios aplicáveis às atividades de pesquisa e desenvolvimento* (pp. 11-76). Brasília: Embrapa.

Viveiro, A. A., & Diniz, R. S. (2009). Atividades de campo no ensino das ciências e na educação ambiental: refletindo sobre as potencialidades desta estratégia na prática escolar. *Ciência em tela*, 2(1), 1-12.

ⁱ Colmo é um tipo de caule de gramíneas como cana-de-açúcar, bambu, milho etc.

ⁱⁱ Lugar onde se concentram as máquinas de moer e onde ocorre a etapa de moagem da cana-de-açúcar.

ⁱⁱⁱ Instrumento utilizado na medição do índice de refração de açucares.

^{iv} Indicador que acompanha o nível de maturação da plantação de cana-de-açúcar.

^v Graus Brix é uma medida que expressa o teor de sólidos solúveis em um meio.

^{vi} Graus de Baumé é uma escala hidrométrica para medição de densidade de líquidos através de um densímetro.

^{vii} Decantador é um recipiente utilizado para separar sedimentos de um determinado líquido.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 11/12/2020

Aprovado em: 18/08/2021

Publicado em: 31/03/2022

Received on December 11th, 2020

Accepted on August 08th, 2021

Published on March, 31th, 2022

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The authors were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Funding

Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Silva, E. A., Ramos, M. C., Evaristo, A. M. T., Gregório, S. R. (2022). Vivência no município de Paraty-RJ: tecendo a tradição e valorizando os conhecimentos tradicionais e culturais no contexto rural e urbano. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 7, e11205. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e11205>

ABNT

SILVA, E. A.; RAMOS, M. C.; EVARISTO, A. M. T.; GREGÓRIO, S. R. Vivência no município de Paraty-RJ: tecendo a tradição e valorizando os conhecimentos tradicionais e culturais no contexto rural e urbano. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 7, e11205, 2022. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e11205>